



COMUNICADO

Documento publicado em 08/05/2013

LEGALIDADE ACIMA DE TUDO O MRB E OS DINOSSAUROS

Tem havido muita especulação sobre a participação, nas eleições autárquicas de 2009, do nosso membro Pedro Pereira Pinto, como mandatário jurídico das listas de Narciso Miranda, quando este, se candidatou como independente à C. M. de Matosinhos.

Sobre tal facto explanamos formalmente a nossa posição, já referida, aliás, várias vezes em respostas a comentários aqui postados.

É público e notório que Pedro Pereira Pinto foi mandatário jurídico e apoiante de Narciso Miranda quando este, em 2009, e após 4 anos de nojo político, se decidiu candidatar à presidência da C. M. de Matosinhos.

Atendendo à notoriedade que tal candidatura teve, bem como ao trabalho jurídico que Pedro Pereira Pinto aí desenvolveu (que culminou em ter conseguido a atribuição do direito de uso de símbolo próprio de uma candidatura independente, o que aconteceu pela primeira vez em Portugal Continental, além de ter sido novidade absoluta, para efeitos de candidatura independente para uma Câmara Municipal), salienta-se que jamais existiu qualquer gato escondido com rabo de fora.

Aliás, não podia haver, tão pública foi tal participação e tão ostensivos os resultados jurídicos da mesma.

Ora, com o devido respeito por todos e pelo mais que legítimo direito à crítica e opinião, essa mesma participação, não confere o direito de se colocarem reservas morais e éticas sobre o nosso membro Pedro Pereira Pinto, que só podem resultar ou de escassa informação recolhida, ou de má-fé, ou unicamente e de uma vontade de dizer mal.

Como se verifica, não só pelo conteúdo dos nossos procedimentos, mas também pelo que ressalta dos princípios do MRB, visa-se, apenas e só, o cumprimento escrupuloso da lei.

O Movimento não alega valores morais intrínsecos aos candidatos, às suas pessoas ou ao seu percurso político.

Alegamos o que a Lei diz e se satisfaz: Um candidato, com 3 mandatos consecutivos cumpridos, tem de respeitar uma interrupção de 4 anos, até se poder recandidatar.

Com isso, considera a Lei que se previnem perpetuações no poder.

Ora o MRB, pura e simplesmente, aplicou a Lei e os seus princípios e nada mais.

Não valorou se dessa forma se previnem os excessos ou as perpetuações, nem teceu considerandos sobre se três mandatos são muito ou se quatro anos de interrupção são poucos.

Jamais referiu ou colocou em causa as atitudes pessoais dos candidatos, que não a intenção de se candidatarem contra uma Lei que é clara, na nossa óptica.



Não nos motivaram falsos moralismos, pudores ou éticas virginais de que quem se perpétua no poder é criminoso e desrespeita tudo e todos, até porque, goste-se ou não, tais perpetuações não são automáticas, não são voluntárias, antes são derivadas duma vontade popular, democraticamente exercida, o que é muitas vezes esquecido...

É o cumprimento da Lei, goste-se ou não, o que nos motivou e motiva.

Ora no caso de Narciso Miranda, quando o mesmo se candidatou em 2009 (independentemente da Lei nem se aplicar), a sua candidatura era perfeitamente legal no próprio espírito da actual Lei: o mesmo vinha de um período de nojo de quatro anos onde não tinha exercido nenhum_cargo político, não só autárquico, pois em 2005 abandonou a C.M.M.

Os escassos comentários que recebemos, e até uma triste crónica de rádio, são estrategicamente vazios neste "pequeno" pormenor, que omitem por completo: Narciso Miranda podia candidatar-se em 2009 face à lei que temos.

Limitam-se a atacar, gratuitamente, num estilo vazio e popularucho, melhor dizendo, de quem prima pela ausência de conhecimento, filtro e pensamento crítico, por isso só sabe lançar dislates para o ar.

Tal postura revela uma moral perigosa, escorregadia e demasiado sobranceira para o gosto e critérios do MRB: pugna que não importa a Lei, mas sim que é a Minha Moral, que naturalmente se sobrepõe à Moral dos outros, e até à Lei em causa que, no limite, se torna Imoral.

Esta postura, num contexto democrático e de honestidade intelectual, que se impõe, raia a moral Orwelliana, do Triunfo do Porcos, onde toda a moral é igual, contudo uma mais igual que a outra... o que se deve deplorar.

Esta postura revela a má-fé de quem a usa e o seu servilismo às jogatanas políticas vazias...

No MRB, não temos essa virtude, nem essa veleidade de achar que a nossa moral é melhor que a dos outros.

Todavia, temos a convicção de que a Lei é igual para todos... É por aí que nos guiamos.